

BLOQUEIO DE SINAIS EM PRESÍDIOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL | PL 7.233/06

CARLOS DUPRAT | BRASÍLIA, 05 DE ABRIL DE 2017





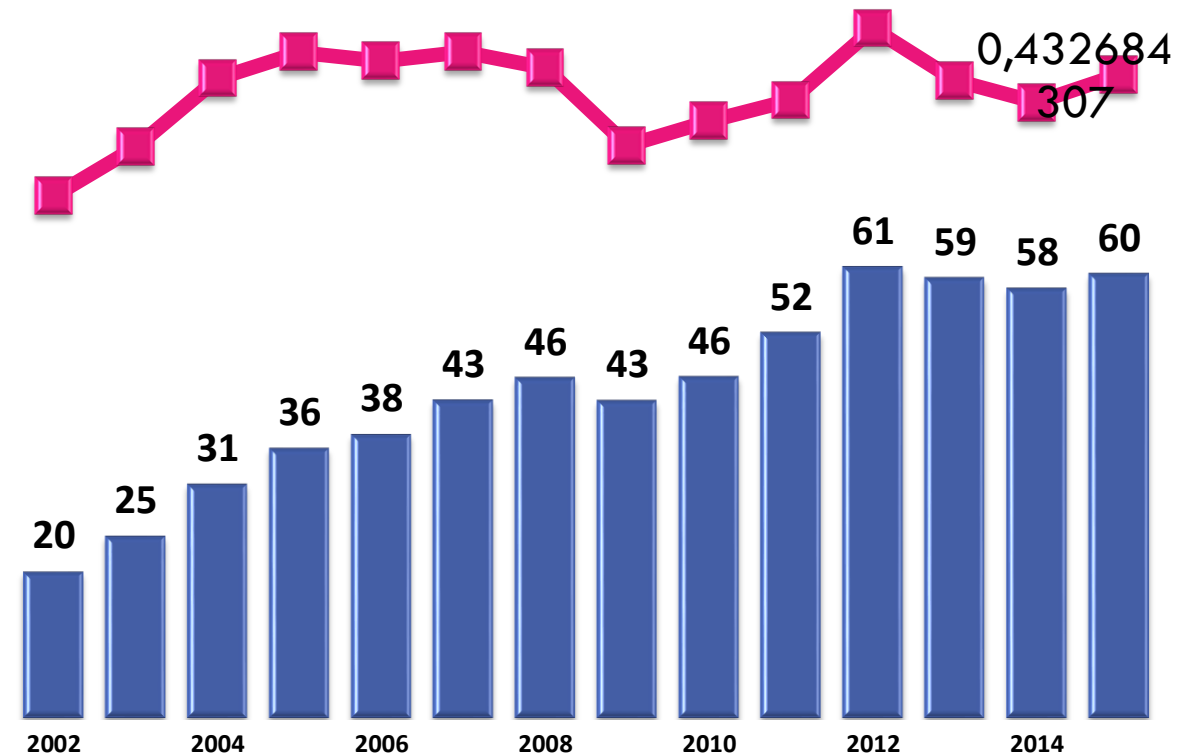
PAPEL CONTRIBUTIVO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

R\$ 60

bilhões de tributos recolhidos em 2015

Tributos e % sobre a Receita líquida

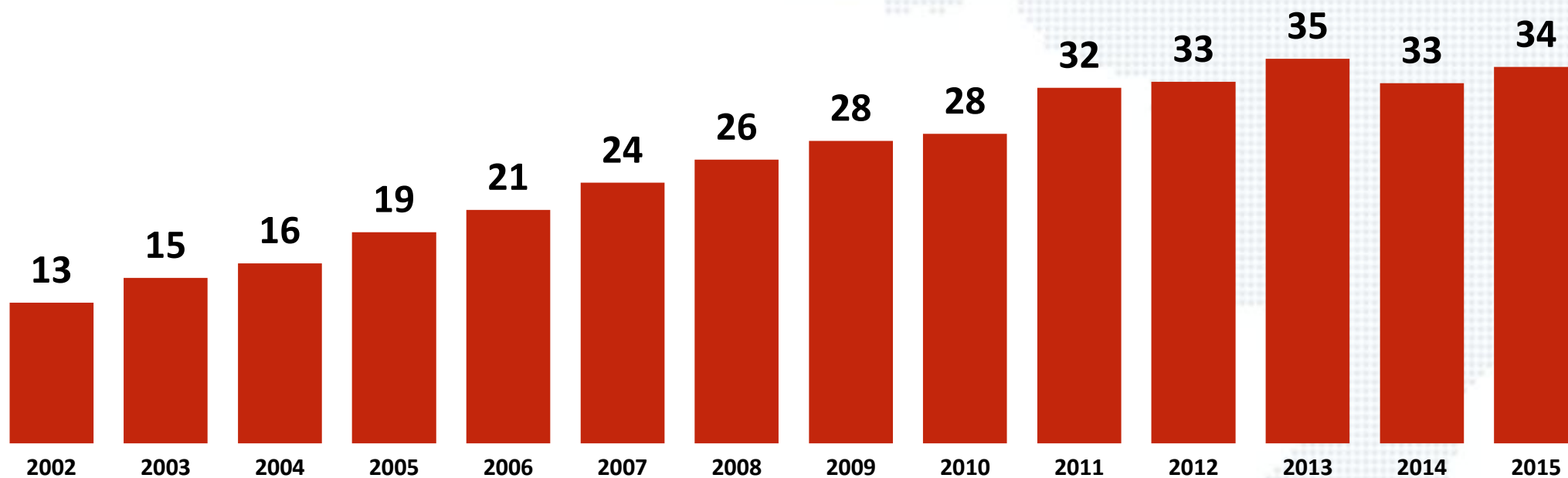
R\$ bilhões



De 2002 a 2015 os tributos recolhidos cresceram 204% enquanto a receita líquida cresceu 146%

A maior parte dos tributos recolhidos pelo Setor vai para os Estados

ICMS sobre Serviços de Comunicação
R\$ bilhões

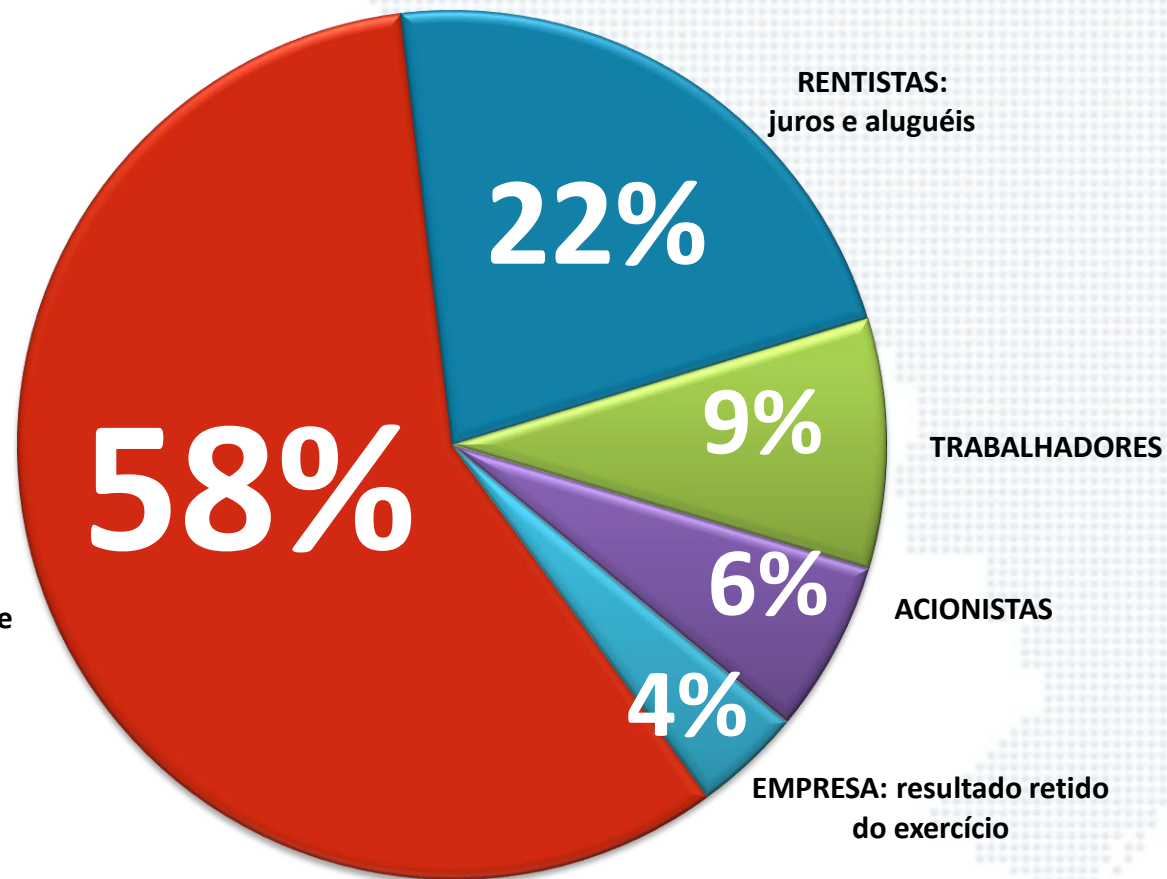


Com a elevada carga tributária o Estado se apropria da maior parte da riqueza gerada pelo Setor

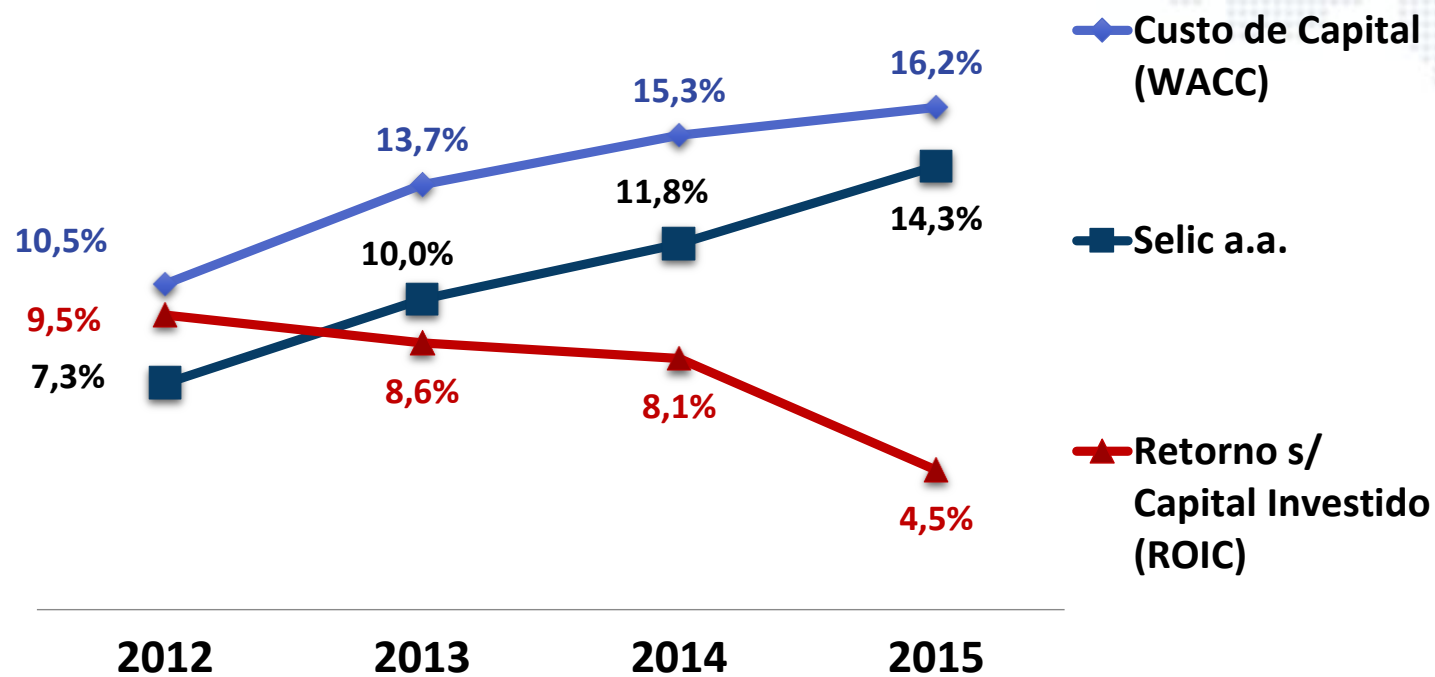
Valor adicionado distribuído 2002 a 2015 - TELECOM

Governo:
6 vezes mais
recursos que o valor
dos trabalhadores e
9 vezes dos
acionistas
Sem risco!

GOVERNO: impostos, taxas e contribuições



Assim, o Setor de Telecomunicações no Brasil esgotou sua capacidade contributiva



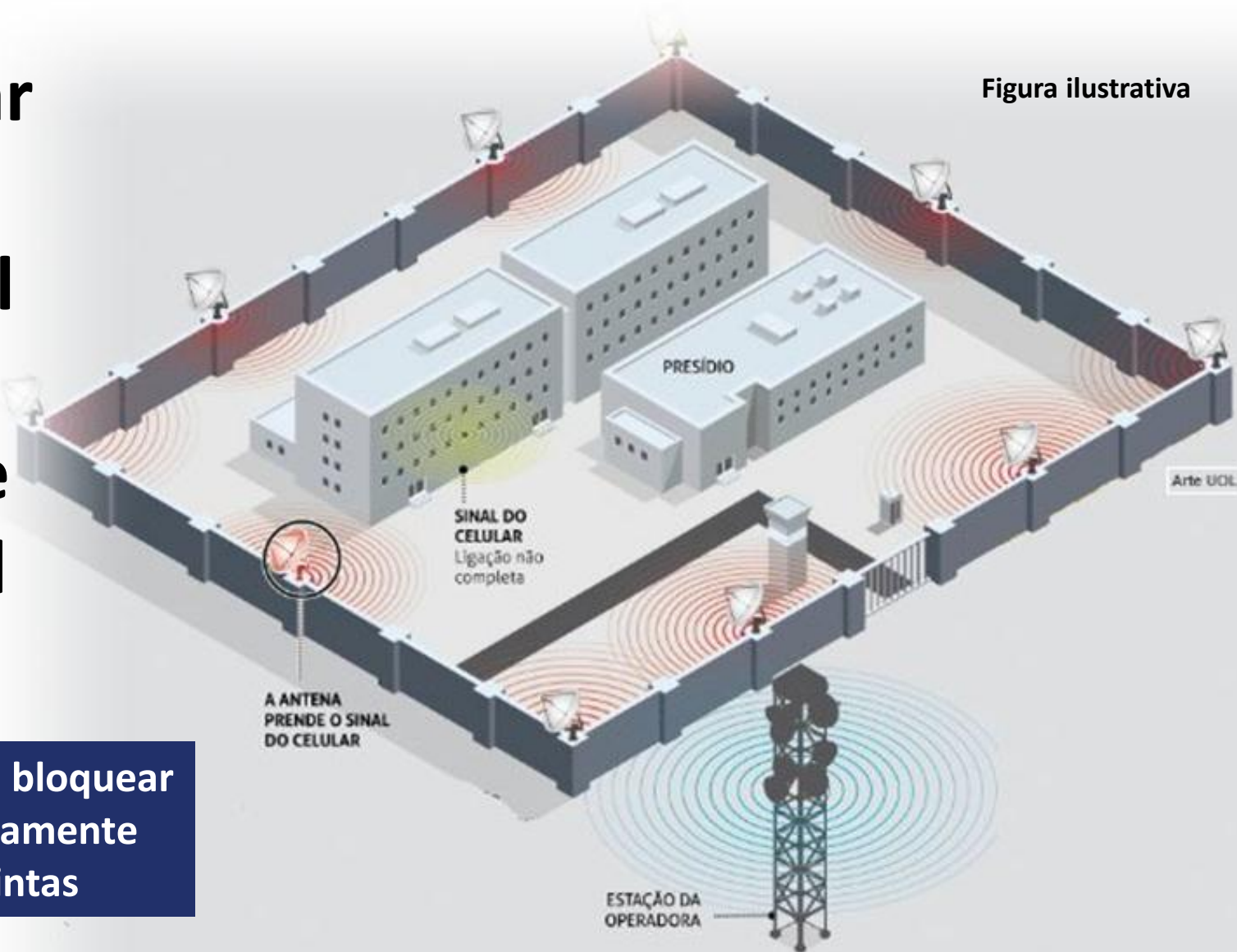
- O retorno sobre o capital investido (ROIC) é o principal parâmetro analisado para se defender e determinar um investimento
- Idealmente, deve apontar para um percentual de retorno superior ao custo de capital (**WACC em 16,2%**), caso contrário, seria mais vantajoso aplicar o capital com baixo risco na SELIC
- O ROIC médio do setor (empresas de capital aberto) caiu de 9,5% em 2012 para 4,5% em 2015
- Desde o ano de 2012, o ROIC tem estado abaixo do Custo de Capital
- **Isto significa que já é muito arriscado investir em Telecom no Brasil e para se estimular mais investimentos uma das principais alternativas é reduzir a carga fiscal (uma das maiores do mundo)**

“Bloomberg

Como funcionam os bloqueadores de celular?

O bloqueio de um celular é feito através da transmissão de um sinal na mesma frequência e com potência suficiente para embaralhar o sinal de comunicação

Fornecer serviços de telecom é diferente de bloquear serviços de telecom, são serviços completamente distintos, prestados por empresas distintas



Bloqueadores em Estabelecimentos Prisionais

Solução de bloqueadores de sinal:

- a. A instalação dos bloqueadores de sinais requer a construção de infraestrutura específica e conhecimento das plantas confidenciais
- b. A monitoração do funcionamento dos equipamentos de bloqueio é necessária para assegurar o bloqueio do sinal
- c. Quanto mais próximo um estabelecimento prisional estiver da população em geral, mais complexa é a solução de bloqueio



O uso de celulares dentro de presídios é um problema mundial

MailOnline

10/08/2016

Governors to block prisoners' mobiles: Bosses will have the power to switch off numbers after number of handsets in jails doubles in two years

- 15,000 phones and SIM cards were seized in prisons last year
- Access to mobiles allows crime bosses to run operations from their cells
- Scanning technology will find phones in use inside the prison

theguardian

11/08/2016

New powers to cut off illicit mobile phones used in prisons

 **iHLS**

09/08/2016

Cell Phones in Israeli Prisons – Useless for Terrorists

The Israeli prison service decided to install cell phone jammers in two prisons that are used for holding Palestinian terrorists.

Sources said today that this decision had to be made years ago. The flow of cell phones to these prisons could have never been stopped and jamming is the only way.

<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3733996/Governors-block-prisoners-mobile-numbers-number-phones-smuggled-UK-jails-doubles-two-years.html>

<https://www.theguardian.com/society/2016/aug/11/new-powers-launched-to-cut-off-illicit-mobile-phones-used-in-prisons>

<http://i-hls.com/2016/08/cell-phones-in-israeli-prisons-useless-for-terrorists/>

**Na maioria dos países
a responsabilidade
pela instalação de
bloqueadores de sinal
em presídios é da
unidade prisional, até
por questões de
segurança**



Constituição Federal

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares



A Lei de Execuções Penais é explícita em determinar que a responsabilidade por instalar bloqueadores é do Estado

Art. 3º os estabelecimentos penitenciários disporão de aparelho detector de metais, aos quais devem se submeter todos que queiram ter acesso ao referido estabelecimento, ainda que exerçam qualquer cargo ou função pública”

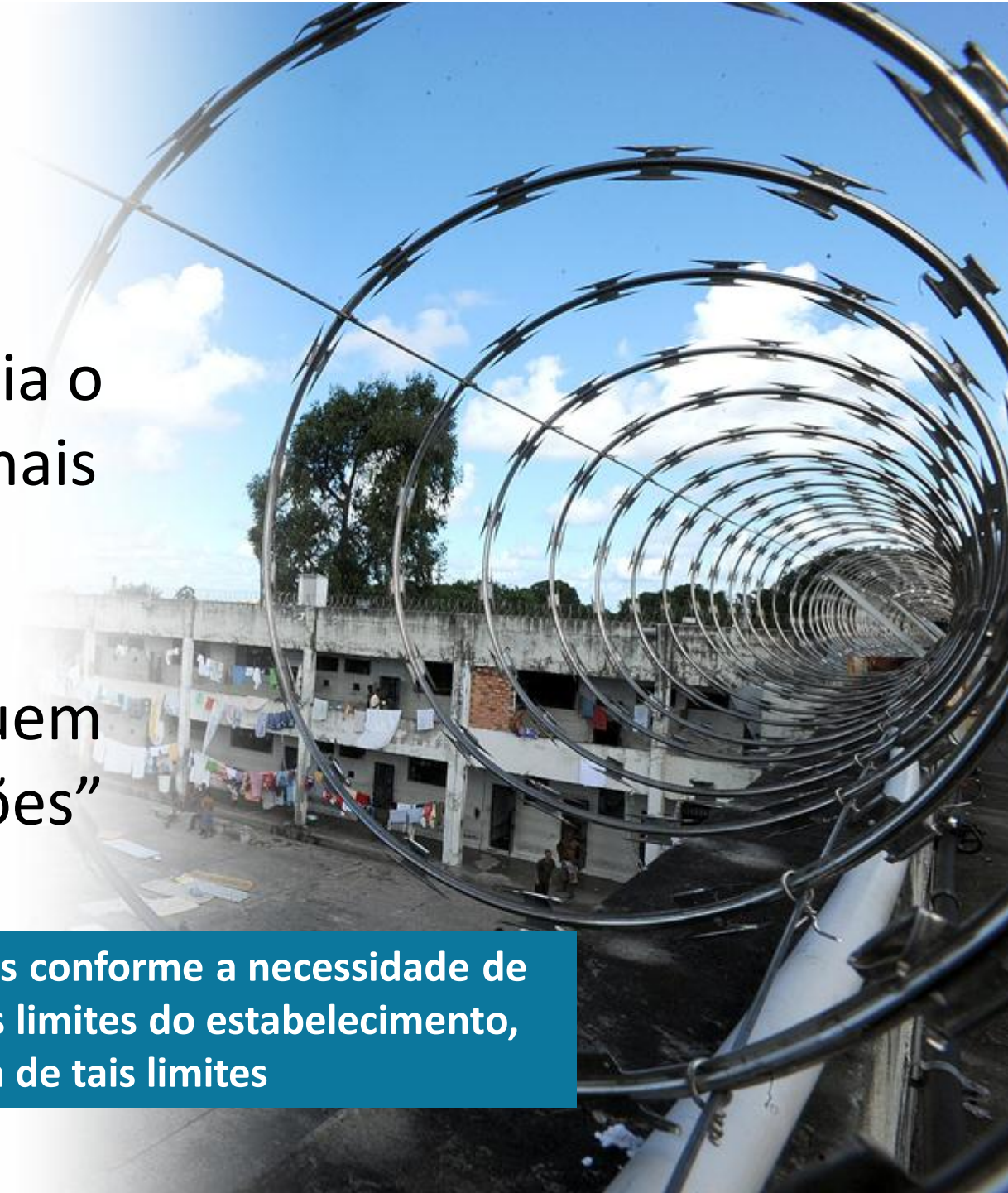
Art. 4º ...disporão, dentre outros equipamentos de segurança, de bloqueadores de telecomunicação para telefones celulares, rádio-transmissores e outros meios



Qual é o papel das prestadoras de telefonia móvel?

A Resolução 308 da Anatel diferencia o responsável pelo Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR) da prestadora de serviços de telecomunicações, que é apenas quem “presta Serviços de Telecomunicações”

As faixas de radiofrequências do BSR são estabelecidas conforme a necessidade de cada penitenciária e o bloqueio deve ficar restrito aos limites do estabelecimento, não devendo interferir nos serviços fora de tais limites



**O STF, em decisão no dia
03/ago/16, considerou
inconstitucionais
algumas leis estaduais
que transferiam a
responsabilidade pela
instalação de
bloqueadores para as
empresas de telecom**

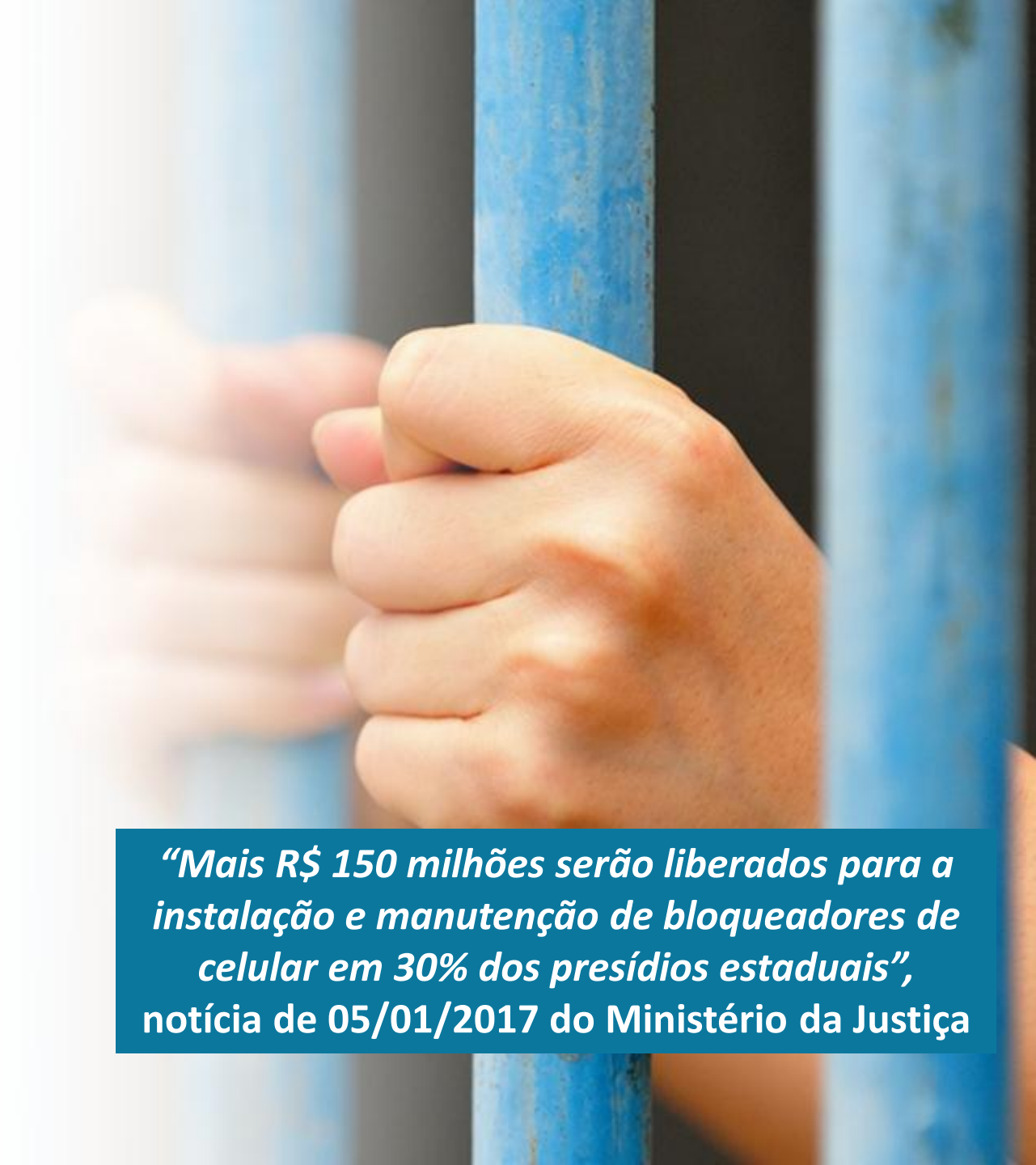


**Constituição Federal, art. 21 “*competê à União
explorar, diretamente ou mediante
autorização, concessão ou permissão, os
serviços de telecomunicações*”**

**O Fundo Nacional de Segurança
Pública (FNSP) e o Fundo
Penitenciário Nacional
(FUNPEN) foram criados com o
objetivo de financiar *projetos
na área de segurança pública e
programas de modernização e
aprimoramento do Sistema
Penitenciário Brasileiro***



**Só o Fundo Penitenciário
Nacional, que poderia
ser usado para financiar
a instalação de
bloqueadores em
presídios, já recolheu
desde 1995 mais de
R\$ 5,3 bilhões**



*“Mais R\$ 150 milhões serão liberados para a
instalação e manutenção de bloqueadores de
celular em 30% dos presídios estaduais”,
notícia de 05/01/2017 do Ministério da Justiça*

Fonte: Portal da Transparência

FUNPEN: Lei Complementar nº79/1994. FNSP: Lei nº 10.201/2001

<http://www.justica.gov.br/noticias/apos-reuniao-no-planalto-governo-lanca-plan>

**As prestadoras de serviços
apoiam o PL 7.223/06
(principal) e o PLP 345/17, que
*"altera a Lei Complementar
nº 79/94 - Lei do Funpen, para
disciplinar a construção de
estabelecimentos penais com
equipamentos de bloqueio de
telefonia celular"***




Somos contrários às emendas ao PL 7.233/06 que:

- Pretendem transferir ao particular dever constitucionalmente atribuído ao Estado (prover segurança pública), o que fere o art. 144 da Constituição Federal, ainda que haja alguma contraprestação pecuniária (violação dos arts. 170, II e III e 175, caput, e art. 5º, XXIV da CF)
- Quebrem o ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI da CF) representado nas autorizações das empresas de telefonia móvel, atribuindo uma nova responsabilidade e violando o princípio da segurança jurídica



**As prestadoras de serviços
de telecomunicações
contribuem rotineiramente
com as autoridades
penitenciárias e judiciais,
prestando consultoria
técnica para que haja a
melhor adequação possível
dos bloqueadores de sinais
em presídios**

A close-up photograph of two hands shaking in a firm grip. The hand on the left is wearing a white long-sleeved shirt, and the hand on the right is wearing a dark suit jacket. The background is blurred, showing a light-colored wall and a hint of a green object on the right.

**Foco em evitar prejuízos aos usuários
vizinhos e àqueles que transitem em áreas
próximas aos estabelecimentos prisionais**

CARLOS DUPRAT

carlosduprat@sinditelebrasil.org.br

